



## ESTUDOS SOBRE AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: UM CONCEITO, UMA HISTÓRIA

---

Patrícia de Jesus Santos<sup>1</sup> e Cristina Silva dos Santos<sup>2</sup>

1. Graduada no curso de pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Itapetinga - Bahia – Brasil. e-mail (patriciasantosped@hotmail.com)

2. Mestre em educação. Professora orientadora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Itapetinga – Bahia – Brasil.

Recebido em: 04/05/2012 – Aprovado em: 15/06/2012 – Publicado em: 30/06/2012

---

### RESUMO

O principal objetivo que norteia o artigo é compreender como se desenvolveram as articulações e implicações, para o surgimento dos estudos de gênero e analisar o papel do movimento feminista para a sua legitimação. Os estudos de gênero adquiriram um espaço significativo no ambiente acadêmico, é visível o número de trabalhos que trazem como título as questões de gênero, principalmente no que se refere ao espaço da educação formal, principal meio para a formação dos indivíduos. Nesse sentido se torna algo pertinente o estudo sobre o surgimento de tal conceito. O presente trabalho foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica, na qual foi exposto e discutidos alguns pensamentos, de autoras como: GUACIRA LOURO (1997), CASAGRANDE (2005), PEDRO (2005), entre outras. Com o presente trabalho espera-se esclarecer sobre o surgimento dos estudos de gênero e como essas pesquisas podem contribuir para a busca de uma educação mais igualitária. O resultado do artigo mostrou que os estudos sobre as construções sociais de gênero, surgiram devido a uma série de discussões e debates, principalmente pela busca de um maior reconhecimento dessas pesquisas pelo ambiente acadêmico. O movimento feminista exerceu um papel fundamental para o início de tais estudos, pois, possibilitou o surgimento de uma série de trabalhos que vem contribuindo para a busca de uma educação não sexista.

**PALAVRAS CHAVES:** Gênero, Movimento feminista, Educação.

### STUDIES ON THE SOCIAL CONSTRUCTION OF GENDER: A CONCEPT, A STORY.

### ABSTRACT

The main guiding objective of the article is to understand how they developed the joints and implications for the emergence of gender studies and analyze the role of the feminist movement for its legitimacy. Gender studies acquired a significant place in the academic environment, it is apparent the number of jobs that bring title as gender issues, especially with regard to the space of formal education, primary

means for the training of individuals. In this sense becomes something relevant to the study on the emergence of this concept. This work was conducted through a literature review, which was exposed and discussed some thoughts of authors such as: GUACIRA BLONDE (1997), CASAGRANDE (2005), PEDRO (2005), among others. The present work is expected to shed light on the emergence of gender studies and how such research can contribute to the pursuit of an education more equitable. The result of the article showed that studies on social constructions of gender, arose by a series of discussions and debates, especially the search for greater recognition of this research by the academic environment. The feminist movement played a key role in the initiation of such studies, because it made possible the emergence of a series of works that have contributed to the search for non-sexist education.

**KEYWORDS:** Gender, Feminist Movement, Education.

### INTRODUÇÃO

O movimento feminista contemporâneo desencadeou uma série de denúncias sobre os estereótipos que o universo feminino sofreu durante séculos, suas articulações proporcionaram uma série de conseqüências para as mulheres de sua época e principalmente para os dias atuais. Esse grupo levantou discussões e polêmicas, no que se refere ao tratamento diferenciado para ambos os sexos, protestou sobre seus direitos, em relação às desvantagens impostas a esse gênero. (SANTOS E SOUZA, 2010).

É importante salientar que as conquistas alcançadas por esse movimento, tanto no campo teórico, como o direito ao voto feminino não se encerrou no século passado, mas ainda é possível perceber que a luta por uma educação mais igualitária ainda persiste, prova de tal situação está nas intensas e freqüentes pesquisas sobre as relações de gênero.

Ao longo dos anos, se tornou notório o crescimento de pesquisas e trabalhos que se dedicam aos estudos sobre as construções sociais de gênero. Essas pesquisas se voltam para os meios de configuração dos indivíduos, que se iniciam desde o nascimento e se estende até a etapa da educação formal “como categoria, gênero surgiu como elemento básico para estudar as relações entre mulheres e homens, tornando-se um instrumento para a produção do saber da pesquisa na área” (JADIM e ABRAMOWICZ, 2005, p. 112).

Os estudos sobre as relações de gênero também vem alcançando uma maior visibilidade dentro do meio acadêmico, das revistas científicas e da própria ciência. O número de pesquisas, de seminários e grupos de estudos vem conquistando um espaço considerável nos últimos anos “nas últimas décadas, é possível dizer que as pesquisas sobre as relações de gênero têm cada vez mais ocupando espaço [...]” (PIRES, 2004, p. 1).

Diante da importância que essa linha de pesquisa adquiriu dentro da sociedade, que, o principal objetivo do trabalho foi compreender como surgiram os estudos sobre as construções sociais de gênero. O presente artigo é resultado de uma revisão bibliográfica, na qual serão expostos alguns pensamentos referente a história do movimento feminista e suas implicações para os estudos de gênero.

## **GÊNERO: UM CONCEITO**

No primeiro momento do presente estudo serão expostas algumas discussões a respeito do termo gênero, cuja importância é fundamental para o entendimento do trabalho em questão. São cada vez mais frequentes os trabalhos que trazem as discussões de gênero, em decorrência de uma variedade de pensamentos que um consenso em relação ao termo se torna algo complexo, diante de tal situação a intenção do trabalho não é trazer um conceito absoluto, acabado, mas pensamentos que possam contribuir para os debates em torno do conceito.

A sociedade por meio de suas diferentes culturas e comportamentos influencia direta e indiretamente na configuração dos indivíduos de uma determinada sociedade, sua construção se desenvolvem de acordo com a leitura que fazem do mundo, por meio das pessoas que se encontram no mesmo convívio social. De acordo com MORENO (1999, p. 13):

Cada pessoa não constrói esta imagem por si mesma, a partir da observação de alguns fatos concretos e reais, e sim, na maioria dos casos, a partir do que os outros lhe dizem a respeito, ou seja, a partir dos julgamentos que os demais emitem sobre a realidade.

Por meio dessa interação e socialização é que se constroem pessoas, inseridas em uma sociedade, cujas identidades são múltiplas, de acordo com o gênero, classe, etnia. Contudo, se torna necessário questionar como se desenvolvem tais configurações e quais são os significados de ser homem ou mulher na sociedade contemporânea. Os debates em torno de tal problemática surgiram desde o século XX, por meio de trabalhos polêmicos que marcariam toda a história da luta feminista, a respeito da educação diferenciada para as mulheres.

Vale salientar que as denúncias de uma educação diferenciada ganharam maior visibilidade com os estudos sobre as construções sociais de gênero, vale lembrar que, o significado de tal termo possui uma história, na qual possibilitou para o surgimento desses novos estudos “As palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (SCOTT, 1990 p.71).

Gênero surge nesse contexto como uma maneira de rejeitar o caráter biológico que era associado às diferenças entre os sexos, ou seja, a situação de inferioridade imposta as mulheres, era vista de acordo com o caráter biológico, algo genético, o simples fato de se nascer mulher já a condenava por toda vida (SCOTT, 1990).

O termo “gênero” atrelado aos estudos das construções sociais que afetam homens e mulheres, de diversas culturas, surge em consequência de alguns debates de um grupo de feministas norte americanas decididas a levarem para o mundo um alerta, no que se refere a uma educação diferenciada e como um protesto às teorias caracterizadas pelas questões biológicas. De acordo com SCOTT (1990, p.75) “o uso do termo “gênero” visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois gênero tem uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres”.

Como uma rejeição a tais teorias existentes e a fim de proporcionar uma maior cientificidade às pesquisas, que os estudos de gênero nascem como um novo campo de pesquisa das ciências sociais, trazendo como uma de suas principais características o caráter social das construções do masculino e feminino.

Os estudos iniciais de gênero defendem que as diferenças existentes entre homens e mulheres são configuradas pela e na sociedade, cujas instituições como a família e escola influenciam nas construções sociais dos indivíduos. De acordo com LOURO (1997, p.22):

Pretende-se dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo podem ser compreendidas fora de sua instituição social) [...].

Os estudos relacionados as construções sociais ocasionaram uma série de trabalhos, que contribuíram e contribuem para o aprofundamento do conceito. Podem ser citados os estudos de Joan Scott, seus artigos são utilizados como referências na maioria das pesquisas relacionadas às questões de gênero. Segundo as palavras de SCOTT (1990, p. 75):

O gênero também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, no fato de que as mulheres têm a capacidade de dar a luz e de que os homens têm uma força muscular superior.

Como foi possível notar SCOTT (1990) e LOURO (1997) concordam que as diferenças entre homens e mulheres são naturalizadas dentro da sociedade e se constituem não pelo fator biológico, mas por meio das relações sociais, que em decorrência de suas culturas, moldam os indivíduos de acordo com modelos pré-estabelecidos. Segundo LOURO (2008, p. 18) “é um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo”.

As construções sociais de gênero de acordo com alguns estudos se configuram de acordo com cada cultura, momento histórico, ou seja, de acordo com cada realidade, ao contrário das teorias que eram baseadas em questões biológicas, que universalizavam a condição feminina independente de cada realidade. CASAGRANDE (2005, p. 25), enfatiza sobre tal situação que:

Ao considerar gênero como uma construção social, considera-se também que ele está em constante construção e mutação, e, o que representa a verdade para uma sociedade e cultura específica nos dias atuais de hoje pode não mais valer para um futuro próximo. Daí a necessidade de se desenvolver pesquisas de gênero que estejam localizadas no tempo e no espaço.

Como pode ser observado o surgimento dessa nova linha de pesquisa desencadeou uma maior preocupação com a realidade, cultura e tempo histórico em que os estudos estão sendo desenvolvidos, já que cada cultura possui as suas peculiaridades.

Vale salientar que esses estudos proporcionaram a introdução de um novo campo de pesquisa, pois a partir do momento que tal termo passa a ser utilizado para se referir aos estudos das construções sociais, a condição masculina também passa a ser pesquisada, pois de acordo com esses novos estudos homens e

mulheres são vítimas das construções sociais baseadas no sexo. De acordo com LOURO (2008, p. 18):

Sim, decididamente, fazer de alguém um homem requer de igual modo, investimentos continuados. Nada há puramente “natural” e “dado” em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura.

É importante ressaltar que figura masculina assim como a feminina também é vista de maneira estereotipada pela sociedade, pois é esperado desde a infância, comportamentos pré-determinados que estimulem a liberdade, autonomia e agressividade, esse pensamento se encontra presente até mesmo nas brincadeiras de meninos e meninas, pois “As meninas tem liberdade para serem cozinheiras, cabeleiras, donas de casa, e os meninos são livres para serem índios, ladrões de gado, bandidos, policiais” (MORENO, 1999, p. 32). Dessa maneira, estimula-se a fragilidade e submissão das mulheres e liberdade para os homens.

Os estudos de gênero possibilitaram um novo olhar para as construções das identidades masculinas e femininas, outras categorias que influenciam para a constituição dos indivíduos também passaram a ser introduzidos em tais debates, como as questões de etnia, idade, classe. “A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade do sujeito” (LOURO, 1997, p.25), sendo assim os indivíduos possuem identidades plurais múltiplas, que não são fixas e que a cada dia estão em constante mudança, pois, os homens e mulheres pertencem a diferentes grupos étnicos, sexuais, de classe, que se transformam. De acordo com LOURO, (1997, p. 25):

O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos.

Como foi possível perceber, as diferentes instituições da sociedade, constituem e são constituintes das identidades dos sujeitos, como a religião, o trabalho, o ambiente escolar, entre outras. Essas instâncias exercem um papel fundamental para a construção das identidades de gênero.

As pesquisas de gênero surgiram como uma consequência dos estudos feministas, pois foram os protestos de mulheres que reivindicavam maior participação dentro da sociedade, que a educação diferenciada imposta para homens e mulheres foi denunciada para o mundo. Ao mesmo tempo o método de tais estudos originou uma nova forma de fazer pesquisa, indo de encontro com os métodos rígidos utilizados na época. SCOTT (1990, p.73) expõe sobre esse novo embate:

“gênero” era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico.

Como se tornou possível notar, o surgimento dos estudos de gênero ocasionaram uma gama de possibilidades para pesquisa científica, tendo como uma das principais características a introdução da figura masculina em seus estudos.

Também foi em decorrência dessas pesquisas que se tornou possível perceber o quanto a sociedade configura os indivíduos de acordo com modelos pré-estabelecidos, atitudes singulares quase imperceptíveis, exercem uma influência fundamental para uma educação diferenciada, incentivando práticas sexistas.

### **O ESPAÇO ESCOLAR COMO CONSTITUINTE DOS GÊNEROS**

Desde o surgimento dos estudos de gênero, um número significativo de pesquisas acadêmicas foram registradas. “No Brasil nas últimas décadas, é possível dizer que as pesquisas sobre as relações de gênero têm cada vez mais ocupando espaço, transformando-se em conteúdo acadêmico [...]” (PIRES, 2004, p. 1).

O espaço escolar se constitui em um dos ambientes mais pesquisados sobre as relações de gênero, pois esse tipo de educação é indispensável para a maioria dos indivíduos de qualquer sociedade. A escola surge nesse contexto como um campo bastante eficaz na fabricação dos indivíduos, já que uma de suas funções é discipliná-los de acordo com padrões impostos pela sociedade. Segundo (LOURO, 1997, p.57) “Diferenças, distinções desigualdades [...] A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso desde os seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva”. Por meio de algumas práticas que legitimam as diferenças, a escola contribui de forma natural para os preconceitos de gênero. De acordo com FOCAULT (*apud* LOURO, 1997, p. 62-63):

A disciplina fabrica os indivíduos: ela é técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante (...); é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do estado.

O espaço educativo por meio de algumas práticas pode contribuir e incentivar para a legitimação das diferenças de gênero, pois esse ambiente aplica normas, molda os indivíduos de acordo com modelos pré-estabelecidos, dessa forma disciplinando-os, por meio de práticas sexistas. Esses modelos que a sociedade transmite durante toda a vida dos indivíduos, reforçam pensamentos, que contribuem para a manutenção do pensamento androcêntrico. MORENO (1999, p. 23) traz uma discussão sobre o androcentrismo e argumenta sobre a força que ainda possui:

O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como o único capaz de ditar leis, de impor a justiça, de governar o mundo.

A sociedade, inclusive a mulher, participa desse pensamento. A educação diante desse contexto acaba reforçando tal pensamento, que por meio de diversos mecanismos, como a linguagem, o material didático, as brincadeiras, a maneira de tratar os estudantes de acordo com o gênero, acaba por reforçar essas concepções, construídas baseadas em questões biológicas.

## **GÊNERO: UMA HISTÓRIA**

Por séculos a situação da mulher permaneceu desfavorecida em relação à figura masculina. Toda a sua história contada oficialmente reflete a imagem de mulheres indefesas, a figura masculina sempre estava à frente de sua vida.

A figura feminina durante boa parte do processo histórico também foi excluída de qualquer tipo de participação na esfera pública, na ciência, no mercado de trabalho. Na Grécia antiga ela não era nem mesmo considerada livre “Em Atenas ser livre era, primeiramente, ser homem e não mulher” posição essa, que dividia com os escravos e estrangeiros (ALVES e PITANGUY, 1991, p.11). Sua função primordial era cuidar dos filhos e do marido, ou seja, seu mundo se limitava no interior do lar. Xenofonte filósofo grego do século VI. A.C chegou afirmar que “Deus criou as mulheres para a função doméstica e os homens para todas as outras”. (ALVES e PITANGUY 1991 p. 12).

No século XX, o movimento feminista inicia uma série de denúncias, em relação ao estado de submissão e inferioridade imposta às mulheres por uma sociedade androcêntrica. A superioridade vista como característica nata do sexo masculino dominava a sociedade até então, a ciência, o mercado de trabalho e a vida pública. Até que um grupo de mulheres se organizam protestando os direitos limitados que lhe eram impostos.

Ao mesmo tempo é imprescindível mencionar que a luta das mulheres por um espaço dentro da sociedade não se iniciou precisamente por meio do movimento feminista, existem relatos de mulheres reivindicando seus direitos desde a Roma antiga. De acordo com ALVES e PITANGUY (1991, p. 14):

Assim, no ano de 195 A.C., mulheres dirigiam-se ao senado Romano protestando, contra a sua exclusão do uso dos transportes públicos, privilegio masculino e a obrigatoriedade de se locomoverem a pé [...].

Diante das palavras das autoras fica claro que apesar da mulher ter sido excluída durante anos do espaço social, elas não se fecharam no silêncio e protestaram apesar das dificuldades e derrotas.

Em meados do século XIX, a Revolução Francesa traz uma série de protestos que buscavam a igualdade de direitos para todos os seres humanos, teoricamente a mulher estaria incluída em tais direitos, infelizmente não foi o que ocorreu. De acordo com ALVES e PITANGUY (1991, p. 33):

Na França, neste mesmo século marcado por revoluções, a mulher, que participa ativamente ao lado do homem do processo revolucionário, não vê também as conquistas políticas estenderem-se ao seu sexo. É neste momento histórico que o feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada.

Os ideais de liberdade e igualdade que surgiram juntamente com a Revolução Francesa influenciaram vários países do mundo, sendo utilizados inclusive como espelho para as suas leis. Ao mesmo tempo esse mesmo movimento entra em contradição, pois não incluíam nessas mesmas leis na prática os direitos das mulheres.

Nesse período surgiram alguns nomes de mulheres que marcaram essa fase, como a escritora Olympe de Gouges, que sai em defesa dos direitos de igualdade política para as mulheres, Gouges acabou sendo guilhotinada em 3 de

novembro de 1793, acusada de ter querido ser um homem de estado e ter esquecido as virtudes próprias de seu sexo. Um de seus principais trabalhos está o texto intitulado: Os direitos da mulher e da cidadã, nele é proposto “a inserção da mulher na vida política e civil em condição de igualdade com os homens, tanto de deveres quanto de direitos, será repetido durante todo o século XIX”. (ALVES e PITANGUY, 1991, p. 34).

Em face de tal efervescência que tomava conta do mundo, por meio desses protestos, por direitos iguais e liberdade, que se inicia o que será considerado posteriormente a primeira fase do feminismo, o movimento sufragista, que de acordo com as palavras de LOURO (1997, p. 15), “voltado para estender o voto às mulheres”. Esse movimento proporcionou para o movimento feminista, o começo de uma luta que ocasionou em algumas conquistas para a igualdade de direitos para as mulheres. Segundo as palavras de PEDRO (2005, p. 79):

O feminismo de primeira onda teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação de direitos políticos como o de votar e de ser eleita, nos direitos sociais e econômicos, como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança.

As reivindicações dessa primeira fase do movimento se centravam principalmente nos direitos políticos e de democracia que acarretaram uma série de protestos feministas. “Prolongou-se nos Estados Unidos e na Inglaterra por 7 décadas. No Brasil por quarenta anos [...]”. (ALVES e PITANGUY, 1991, p. 44).

Essa fase do movimento consiste em um passo fundamental para a conquista feminista em relação aos seus direitos políticos, pois apesar do período de protestos, lutas e debates a primeira fase do que seria a principal conquista feminista foi alcançada: o tão desejado direito ao voto. No Brasil ele foi conquistado no ano de 1934.

Vale lembrar que inicialmente participava desse movimento apenas um grupo restrito de mulheres brancas. De acordo com SANTOS e SOUZA (2010, p. 3):

Nos primeiros anos o movimento feminista contava apenas com um grupo reduzido de mulheres brancas e de classe média, vale ressaltar que tal movimento apesar de restrito ocasionou para a história do movimento contra o preconceito feminino conquistas bastante significativas, pois essas mulheres fizeram com que toda a sociedade de forma positiva ou negativa voltasse seus olhos para um grupo, que reivindicava uma maior participação em uma sociedade na qual a figura masculina era vista como superior.

A segunda fase do movimento feminista se inicia depois da segunda guerra mundial, no ano de 1960, nesse momento o movimento se encontra mais articulado e com a sede de muitas outras conquistas. Segundo as palavras de (PEDRO, 2005, p. 77), esse período do movimento “deu prioridade às lutas pelos direitos do corpo, ao prazer, e contra o patriarcado - entendido pelo poder dos homens na subordinação das mulheres”.

As mulheres a partir desse momento procuram trazer para as discussões a invisibilidade imposta a este gênero por muitos séculos. LOURO (1997, p. 17) argumenta sobre tal situação:

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as



mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade com sujeito - inclusive como sujeito da ciência.

O segundo momento do movimento feminista proporcionou a abertura de uma nova fase para os protestos, e com a amplitude de suas discussões, o surgimento de algumas implicações, dentre uma delas, a falta de uma construção teórica para dar embasamento as discussões e os direitos tão aclamados pelo movimento. É diante de tal contexto que estudiosas como Betty Friedman, Kate Millett iniciam uma série de publicações, relatando a situação de inferioridade imposta às mulheres.

Assim se iniciam algumas publicações e grupos de reflexão formados apenas por mulheres, que dão ênfase em descrições minuciosas diante de sua própria situação, nesses trabalhos são relatadas a educação diferenciada, suas dificuldades, lutas e vivências. De acordo com PEDRO (2005, p. 80):

E o que faziam nestas reuniões nas quais só participavam mulheres? Cada uma narrava maneira como tinha sido criada-diferente dos meninos -, de como em cada etapa da vida- infância, adolescência, maturidade – tinha vivido seu corpo de forma diferente e sofrido, os preconceitos, as violências, enfim, os impedimentos de se desenvolver plenamente. Nestas reuniões, as mulheres percebiam que o que tinham acontecido com elas, individualmente, era comum a todas as demais [...].

Nesse período os trabalhos são publicados por meio de revistas especializadas fundadas por mulheres, adeptas ao movimento. São realizados alguns eventos que trazem discussões em relação à educação das mulheres. Nesses grupos são discutidas propostas para a transformação da situação de inferioridade feminina imposta pela sociedade. “Deste modo propostas que iam desde a “integração do universo feminino” ao conjunto social até pretensões mais ambiciosas de “subversão dos paradigmas teóricos existentes” (LOURO, 1997, p. 18).

A partir dessa fase do movimento é possível citar algumas teóricas que irão marcar a denúncia de uma educação diferenciada para os gêneros. Uma delas é Simone de Beauvoir, escritora dos anos 60 do século XX, que contribuiu por meio de suas obras para o alerta de uma educação que estimulava a submissão para as mulheres. Segundo a autora “ninguém nasce mulher torna-se mulher”, essa frase tomou uma proporção significativa para a luta feminista, causando impacto tornando uma inspiração para diversas escritoras. LOURO (2008, p. 17), ressalta sobre o impacto que o trabalho de Beauvoir.

A expressão causou impacto e ganhou o mundo. Mulheres das mais diferentes posições militantes e estudiosas passaram a repeti-la para indicar que seu modo de ser e estar no mundo não resultava de um ato único, inaugural, mas que, em vez disso, constituía-se numa construção.

Nesse momento do movimento feminista a palavra “gênero” ainda não era utilizada para se referir aos estudos das construções sociais. Utilizava-se a categoria “mulher”, para designar as pesquisas sobre as construções que afetavam o universo feminino, era considerado que toda mulher independente de cultura, classe ou realidade era vítima de uma educação para a submissão. O contexto em que essa mulher estava inserida não influenciava para a sua construção enquanto

indivíduo. Porém tal concepção foi vítima de algumas críticas. PEDRO (2005, p. 82) esclarece sobre tais questionamentos:

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras muitas delas feministas, reivindicaram uma diferença dentro da diferença. Ou seja, a categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las.

As discussões em torno de tal problemática se intensificam dentro do movimento, pois se argumentava que todas as mulheres não poderiam ser consideradas como iguais, a cultura e contexto deveriam ser levados em consideração. “Todo esse debate fez ver que não havia a mulher, mas sim as mais diversas mulheres, e que aquilo que formava a pauta reivindicações de umas não necessariamente formava a pauta de outras”. (PEDRO 2005, p. 82).

Dessa forma a partir dos anos de 1980, deixa-se de falar do estudo da “mulher” para os estudos das mais diversas mulheres, com suas pluralidades e sob diferentes contextos. Segundo PEDRO (2005, p. 82)

As sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser mulher não a torna igual a todas as demais. Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta.

Entre as várias implicações que o movimento feminista proporcionou para as discussões, como a questão do voto, o direito aos prazeres do corpo, as questões sobre a sexualidade, está uma de suas marcas mais significativas, o seu caráter político, que possibilitou a quebra de paradigmas, como a neutralidade principal característica das ciências positivista, “objetividade e neutralidade, distanciamento e inserção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos transgredidos” (LOURO 1997, p. 19).

O impacto que o movimento feminista ocasionou sobre diferentes áreas do conhecimento, da vida, da educação foi sem dúvida bastante significativo e teve uma relevância para a conquista das mulheres nos dias atuais visível. No mundo acadêmico contribuiu para a abertura de outras fontes pesquisas. Segundo as palavras de LOURO (1997 p. 19):

Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; e fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança.

Diante de tal debate, perante o movimento feminista do século passado, se torna mais esclarecedor a trajetória desse movimento que deixou marcas significativas para algumas áreas do conhecimento, como ciências sociais. O movimento apesar de algumas críticas de estudiosos teve um papel fundamental para a luta de uma educação mais igualitária.

## **O NASCIMENTO DE UM CONCEITO**

Como foi exposto anteriormente, o movimento feminista explorou uma série de abordagens e perspectivas sobre a questão feminina. Também foi consequência do início desses estudos o surgimento de teorias, intensificando os debates em torno dos direitos e as capacidades das mulheres. É diante desse cenário de discussões e debates em torno do público feminino, que uma nova abordagem surge, os estudos sobre as relações de gênero, trazendo consigo outra linha de estudos, as pesquisas das construções sociais que afetam as mulheres e também aos homens, a figura masculina com o surgimento desses estudos também é considerada vítima das construções sociais.

Para estudiosas como COSTA (1998), SCOTT (1990), o termo surgiu como uma maneira de se desvincular o nome do movimento feminista desses estudos. Vale lembrar que nesse período o movimento era visto por algumas pessoas da época como “escandaloso” e radical. De acordo com COSTA (1998, p. 134), “os termos “feminismo” e “teorias feministas” estavam associados a posturas radicais e poucos sérias em termos científicos, muitas estudiosas da área adotam a rubrica estudos de gênero”. Dessa maneira o uso do termo gênero também está associado a busca de uma legitimidade na ciência e no espaço acadêmico. Segundo SCOTT (1990, p. 75):

Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente as práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos validos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir uma forte ameaça.

Não foi por acaso que as pesquisadoras passaram a substituir os títulos de seus trabalhos e pesquisas a palavra “mulheres” para o termo “gênero”. O aparecimento do conceito implicou em uma gama de discussões e debates em torno dessa nova linha de pesquisa. “O que ocorre é então, uma importante transformação nos estudos feministas transformação essa que não se faz sem intensas discussões e polemicas” (LOURO, 1997, p. 23).

Vale ressaltar que com a introdução da categoria gênero no campo das ciências sociais, possibilitou o aparecimento de novas abordagens para os trabalhos, como as questões da sexualidade, lembrando que os estudos de gênero conquistaram um espaço nas ciências sociais significativo, pois o número de trabalhos que se dedicam a esse tipo de estudo a cada dia vem adquirindo mais visibilidade e importância no meio acadêmico, trazendo contribuições e alertando para uma educação não sexista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com a discussão travada nas linhas anteriores, se tornou possível perceber a importância das primeiras manifestações e articulações do movimento feminista contemporâneo, para o surgimento dos primeiros estudos sobre as construções sociais de gênero. Esse movimento foi de fundamental relevância para o início dessa nova linha de pesquisa das ciências sociais, fazendo com que o conceito de se fazer ciência fosse revisto pelos pesquisadores.

Como foi visto no decorrer do trabalho, o surgimento dos estudos de gênero se desenvolveu por meio de uma série de implicações, já que um dos motivos para a utilização desse termo pelas feministas da época foi a busca pelo reconhecimento científico, ou seja, pela legitimidade acadêmica.

Diante do que foi exposto, observou-se que os estudos de gênero nasceram diante de uma gama de discussões e impasses, já que a utilização desse novo termo acarretou na introdução de uma linha de pesquisa, que também passou a estudar a condição masculina, já que ambos os sexos são vitimados pelas construções sociais. O movimento também ocasionou na discussão e reflexão sobre questões como, a sexualidade e o direito ao corpo.

Com base nas discussões, pode-se perceber a relevância que o movimento feminista exerceu para os estudos de gênero, que a cada dia vem adquirindo mais espaço dentro do ambiente acadêmico, trazendo intensas discussões sobre o papel da educação e da sociedade para a construção de sujeitos pré-determinados. Esses estudos colaboram para a luta de uma educação mais igualitária e justa, na qual homens e mulheres são indivíduos com direitos e capacidades iguais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASAGRANDE, Lindamir Salete . **Quem mora no livro didático**: representações de gênero nos livros de matemática na virada do milênio. Curitiba, 2005. P.192, Dissert. (mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Disponível em: <[www.ppgte.cefetpr.br](http://www.ppgte.cefetpr.br)>. Acessado em: (10/08/2011)

COSTA, Claudia Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 11, p. 127-140, 1998. Disponível em: <[www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos//Pagu/1998\(11\)/Costa.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos//Pagu/1998(11)/Costa.pdf)>. Acessado em: (12/07/2011).

JARDIM, silva Regina Marques. ABRAMOWCIZ, Anete. Tendências da produção paulista sobre gênero e educação: um balanço de dissertações e mestrado. **Revista Brasileira de Pós- graduação**, Brasília, v.2, n.3, p. 93-117, 2005. Disponível em: <[ojs.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/61](http://ojs.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/61)>. Acessado em (20/10/2011).

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 7 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.179p.

\_\_\_\_\_. Gênero Sexualidade e Transgressões: Pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 19, n. 2 (56), p, 17-23, 2008. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf)>. Acessado em: (20/07/2011).

MORENO, Monstesserat. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 1999, 80p.

PIRES, Suyan. Representações de gênero em ilustrações de livros didáticos. **Revista Psicopedagogia on line**, São Paulo, 2004. Disponível em: <[www.psicopedagogia.com.br](http://www.psicopedagogia.com.br)>. Acessado em (25/06/2011).

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p, 77-98, 2005. Disponível em:< WWW.scielo.br>. Acessado em: (29/07/2011).

SANTOS, Patrícia de Jesus; SOUZA, Edimacy Quirina de. Práticas Sexistas na Educação Infantil: Uma questão de Gênero. **Revista Biosfera, Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v. 06, n. 11, p, 1-8, 2010. Disponível em: <WWW.centrocientificoconhecer.com.br>. Acessado em (20/10/2011).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, Jul/ dez, p. 71-99, 1990. Disponível em: <pt.scribd.com/doc/95593070/Joan-Scott-Gnero-Uma-Categor>. Acessado em: (10/04/2010).